

# Sumário

---

AGRADECIMENTOS .....	5
APRESENTAÇÃO .....	9
PREFÁCIO .....	11
TABELA DE SIGLAS E ABREVIATURAS.....	13
INTRODUÇÃO .....	21

## PARTE I NACIONALIDADE

1. AR CABOUÇO HISTÓRICO, FILOSÓFICO E JURÍDICO .....	27
1.1. Considerações Históricas acerca da Nacionalidade .....	30
1.2. O Conceito de Nacionalidade .....	58
1.3. Nacionalidade Originária e Derivada .....	68
1.4. Teorias acerca da Natureza Jurídica do Instituto da Nacionalidade .....	75
2. PRINCÍPIOS DO DIREITO DA NACIONALIDADE .....	81
2.1. Princípio da Não Discriminação .....	82
2.2. Princípio da Atribuição ou Competência Estatal.....	84
2.3. Princípio da Efetividade.....	85
2.4. Princípio do Direito à Nacionalidade .....	88
2.5. Princípio da Unidade da Nacionalidade Familiar .....	89
2.6. Princípio de não ser privado arbitrariamente da Nacionalidade .....	90
2.7. Princípio da Opção por uma Nacionalidade .....	92
2.8. Princípio do Direito de Mudar, Perder e Renunciar a Nacionalidade.....	93
2.9. Princípio da Individualidade.....	94
3. DIREITO POSITIVO DA NACIONALIDADE .....	99
3.1. A Nacionalidade no Direito Convencional .....	99
3.2. Conflitos Positivos e Negativos acerca da Nacionalidade .....	106

<b>3.3.</b>	Nacionalidade Brasileira: Critérios, Aquisição, Perda, Reaquisição e Naturalização .....	<b>114</b>
<b>3.3.1.</b>	Análise à Luz da CF/1988 .....	<b>121</b>
<b>3.4.</b>	A Prova da Nacionalidade e o Controle realizado pelo Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais na Aquisição, Perda, Reaquisição e Naturalização.....	<b>133</b>
<b>3.4.1.</b>	Dos registros, dos traslados e das certidões de Registro Civil das Pessoas Naturais.....	<b>137</b>

**PARTE II**  
**NACIONALIDADE E O DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO**

<b>4.</b>	A NACIONALIDADE COMO ELEMENTO DE CONEXÃO .....	<b>149</b>
<b>4.1.</b>	Nacionalidade, Domicílio e Residência Habitual: conexão simples ou conexão plural .....	<b>150</b>
<b>4.2.</b>	Nacionalidade, Domicílio e Residência Habitual: Vantagens e Desvantagens	<b>155</b>
<b>4.3.</b>	A Primazia da Conexão Domiciliar em Direito de Família no Ordenamento Jurídico Brasileiro e a Possível Retomada da <i>Lex Patriae</i> .....	<b>162</b>
<b>5.</b>	AUTONOMIA CONFLITUAL MITIGADA EM DIREITO DE FAMÍLIA .....	<b>171</b>
<b>5.1.</b>	Autonomia Conflitual e o DIPr: Primeiras Noções.....	<b>174</b>
<b>5.2.</b>	Autonomia Conflitual e o DIPr: Origem e Conceito.....	<b>180</b>
<b>5.3.</b>	Formas de Utilização da Autonomia Conflitual no DIPr .....	<b>198</b>
<b>5.4.</b>	Precedentes Convencionais e Regulamentos Europeus em matéria de Direito de Família e Autonomia Conflitual .....	<b>199</b>
<b>6.</b>	AUTONOMIA CONFLITUAL EM DIREITO DE FAMÍLIA: PRINCÍPIOS E LIMITES...	<b>239</b>
<b>6.1.</b>	A Autonomia Conflitual em Direito de Família no Ordenamento Brasileiro ....	<b>259</b>
<b>6.2.</b>	Limites à Autonomia Conflitual .....	<b>274</b>
<b>6.2.1.</b>	Normas de Aplicação Imediata, Normas de Aplicação Necessária, Leis Imperativas, Leis Obrigatórias ou <i>Lois de Police</i> .....	<b>275</b>
<b>6.2.2.</b>	Ordem Pública .....	<b>282</b>
<b>6.2.3.</b>	Controle de Constitucionalidade e Autonomia Conflitual.....	<b>288</b>
<b>6.2.3.1.</b>	O Controle de Constitucionalidade da Regra de Conflito ....	<b>292</b>
<b>6.2.3.2.</b>	O Controle de Constitucionalidade da Lei Designada.....	<b>299</b>
<b>6.2.3.3.</b>	O Controle de Constitucionalidade na Autonomia Conflitual .....	<b>302</b>
<b>6.2.4.</b>	Fraude à Lei.....	<b>304</b>
	CONCLUSÃO .....	<b>313</b>
	REFERÊNCIAS .....	<b>317</b>